

## **SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, GOVERNO ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA PERSPECTIVA DA CIDADANIA NO CIBERESPAÇO**

Aline Antunes Gomes<sup>1</sup>

Vera Lucia Spacil Raddatz<sup>2</sup>

Luciano de Almeida Lima<sup>3</sup>

**RESUMO:** O direito a informar e ser informado é uma das principais garantias buscadas pelo cidadão atualmente. E a internet é o principal meio que possibilita a efetivação desse direito. A rede permite que todos os tipos de assuntos sejam acessados, compartilhados e discutidos por um grande número de usuários. Assim, tendo em vista os contornos que esse ambiente vem assumindo, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a possibilidade de formação de uma cidadania digital no Brasil. E como objetivos específicos: verificar se o acesso é de forma universal no país; observar se há políticas públicas de promoção de uma educação tecnológica; analisar se há ações que fomentam o exercício da cidadania por meio da internet; e apresentar uma perspectiva do governo eletrônico no Brasil.

**Palavras-chave:** Internet; Cibercidadania; Acesso universal; Educação tecnológica; Governo Eletrônico.

**ABSTRACT:** The right to inform and be informed is one of the guarantees sought by the citizen today. And the Internet is the main way that enables the enforcement of this right. The network allows all types of matters to be accessed, shared and discussed by a large number of users. Thus, in view of the contours that this environment has been taking, research has as main objective to analyze the possibility of forming a digital citizenship in Brazil. And the following objectives: to determine if access is universally in the country; see if there are public policy promoting technological education; consider whether there are actions that promote citizenship through the Internet; and present an overview of e-government in Brazil.

**Keywords:** Universal access; Cybercitizenship; Technological education; Electronic government; Internet.

### **INTRODUÇÃO**

A internet se tornou hoje o principal meio de comunicação da sociedade. É um espaço público híbrido em que os usuários informam e se informam acerca de todos os acontecimentos globais. Não há limites geográficos para o acesso, que já se tornou um direito humano e uma garantia para o exercício dos direitos civis, políticos e sociais.

---

<sup>1</sup> Advogada. Mestranda do PPGD – Programa de Pós-graduação em direito – Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUI, Ijuí (RS). Pós-graduada em direito público pela Universidade Anhanguera – UNIDERP. E-mail: aline.89ag@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Mestrado em Direito – Mestrado em Direitos Humanos, da UNIJUI; Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. E-mail: verar@unijui.edu.br.

<sup>3</sup> Advogado. Mestrando do PPGD – Programa de Pós-graduação em direito - Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUI, Ijuí (RS). Pós-graduado em direito da criança e do adolescente pela Universidade Anhanguera – UNIDERP. E-mail: adv.almeidalima@gmail.com.

Em razão dessa revolução da informação, a cidadania passou a conceber uma forma diferente de ser exercida. O ciberespaço possibilitou a formação de um novo espaço público para discussões e participação política e social. E a Administração Pública também precisou adequar suas ações nesse contexto.

Assim, a partir dessas mudanças trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação, o trabalho objetiva apresentar uma perspectiva da cidadania no ciberespaço, demonstrando quais as principais dificuldades do país em manter uma participação universal e propiciar uma educação tecnológica dos usuários. E, também, expor como o governo eletrônico vem ganhando espaço no Brasil, principalmente a partir de sites que permitem uma interação direta dos cidadãos com os seus representantes.

Denota-se, com isso, a importância do acesso à informação, enquanto direito fundamental e ferramenta para o exercício da cidadania e efetivação dos direitos humanos. A liberdade de poder expressar-se livremente e o direito de conhecer e fiscalizar a gestão dos órgãos públicos dos municípios, estados ou do país é uma garantia básica de todos os cidadãos, que para suscitarem mudanças para a sociedade precisam estar capacitados tecnologicamente e conscientes do meio no qual estão inseridos, sabendo reconhecer as diferenças e possibilitando a inserção das múltiplas identidades nos meios de discussão abertos, que só têm a acrescentar na construção de uma sociedade igualitária e desenvolvida econômica, social e culturalmente.

## **1 A CIDADANIA NO CIBERESPAÇO**

Partindo de uma perspectiva histórica, pode-se afirmar que a primeira tentativa de desenvolver uma teoria sobre cidadania foi de Aristóteles, no período da antiguidade clássica, por volta do século VIII a. C. Para esse autor, um cidadão integral era aquele definido “pelo direito de administrar a justiça e exercer funções públicas”; aquele que partilhava dos privilégios da cidade.<sup>4</sup> Entretanto, tratava-se de uma cidadania privilegiada, pois foi criada em meio a um processo de exclusão, em que somente uma pequena parcela da sociedade poderia de fato participar do governo. As mulheres, os escravos e os estrangeiros não possuíam esse direito.<sup>5</sup>

Fouster de Coulanges define o cidadão dos tempos antigos como “todo homem que segue a religião da cidade, que honra os meus deuses”, que pode se aproximar dos altares,

---

<sup>4</sup> ARISTÓTELES, 1985, p. 1275-1278.

<sup>5</sup> KARNAL, 2003, p.143-144.

bem como entrar no recinto considerado sagrado.<sup>6</sup> Há uma clara conexão entre a cidadania e a religião, pois a participação no culto da cidade era um critério essencial para inclusão das pessoas na categoria de cidadãos. Renunciar ao culto implicava uma renúncia de direitos.<sup>7</sup>

A concepção de cidadania que tem por base os princípios da universalidade e igualdade só surgiu com o advento da modernidade e após as contribuições recebidas das Revoluções inglesa, americana, francesa e industrial. Schnapper ao abordar a temática ensina que na sociedade moderna, a cidadania é “ao mesmo tempo o princípio da legitimidade política e a fonte do vínculo social. Viver em conjunto é ser-se conjuntamente cidadão”. Isso porque a sociedade democrática visa um projeto de inclusão universal de todos os cidadãos.<sup>8</sup>

No contexto das democracias liberais e parlamentares, a cidadania é muitas vezes descrita como “sinônimo de formas de participação dos indivíduos na vida pública em termos sociais e políticos, outras vezes como sinônimo de civismo, às vezes como sinônimo de civilidade”.<sup>9</sup> Isso porque as formas de vida pública “não se reduzem aos envolvimento políticos nem mesmo ao exercício positivo ou negativo do direito de voto”. O cidadão objetiva também uma fiscalidade do Estado, o uso consciente dos serviços públicos, da segurança social, uma análise do comportamento em relação à lei, à polícia e ao ambiente natural.<sup>10</sup>

O ser social exprime-se ainda, e talvez de um modo mais revelador, na vida de todos os dias, no espaço público, na rua, na escola, no trabalho, em férias. Pequenas discussões e pequenos gestos de cortesia, sinais de agressividade e manifestações de solidariedade, palavras de condenação murmuradas ou então gritadas, olhares de conveniência, cabeças que se voltam, sorrisos que se esboçam ou se afirmam, pequenas cobardias, grandes comiserações, gestos de piedade, de caridade, impaciências, enervamentos, distância manifesta, etc.<sup>11</sup>

Essas manifestações que fazem parte da rotina dos sujeitos possibilitam uma valorização da dimensão ontológica da cidadania, que vê a pessoalidade como um elemento essencial para o conceito de cidadão. Ela apela ao empoderamento de cada indivíduo enquanto ser social, “independente de seu estatuto de governante ou governado, criança,

---

<sup>6</sup> FOUSTEL DE COULANGES, 1981, p. 204.

<sup>7</sup> ZEIFERT, 2004, p. 83-84.

<sup>8</sup> SCHNAPPER, 1998, p.92.

<sup>9</sup> PATROCÍNIO, 2008, p.49.

<sup>10</sup> MADEC; MURARD, 1998, p.86.

<sup>11</sup> MADEC; MURARD, 1998, p.86-87.

jovem, adulto ou idoso”. Todos participam ativamente da vida na cidade, do espaço público.<sup>12</sup>

E as diferentes formas de expressão são possíveis, especialmente, pela concepção de espaço público enquanto espaço aberto e flexível, que permite a interação de todos os indivíduos. Para Habermas, a esfera ou espaço público:

(...) é um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.<sup>13</sup>

Segundo Patrocínio, quando o indivíduo é colocado no centro da vida social, torna-se possível a criação de condições favoráveis para a prática de relações interpessoais mais humanizadas, em que há uma tentativa de inclusão de todos os sujeitos, especialmente porque a garantia legal da igualdade na prática não possui uma aplicação literal, em razão das enormes disparidades sociais existentes.<sup>14</sup>

O advento das redes infocomunicacionais reforçou essa abertura dos espaços públicos, possibilitando que a vida nas cidades ganhasse um sentido mais amplo e a cidadania assumisse um aspecto mais global e universal. A situação espaço-temporal do homem é atualmente “a de todos os espaços e de todos os tempos, circunstância que o abre a muitas influências e que o projeta para além do seu espaço físico de vivência”.<sup>15</sup> Há uma desterritorialização das zonas geográficas, porque qualquer pessoa pode conhecer a realidade de um local pelo que está na rede.<sup>16</sup>

O processo de comunicação se tornou de todos para todos. As informações que antes eram repassadas de forma unidimensional, agora são multidimensionais. As mensagens são trocadas independentemente do espaço geográfico, do tempo, das diferenças culturais ou dos

---

<sup>12</sup> PATROCÍNIO, 2008, p.49-50

<sup>13</sup> HABERMAS, 1997, p.92.

<sup>14</sup> PATROCÍNIO, 2008, p.50.

<sup>15</sup> PATROCÍNIO, 2008, p.50.

<sup>16</sup> LÉVY, 2002, p.47.

interesses interligados.<sup>17</sup> A informação passou a ser capaz de ser internacionalizada e discutida democraticamente<sup>18</sup>, o que possibilitou aos cidadãos uma participação política, o exercício da cidadania por meio do ambiente virtual. Para Smith, a revolução da informação

Aumenta drasticamente a possibilidade de acesso à informação mais atualizada. Permite, assim, que as coligações globais possam vir a ser uma realidade. (...). Os cidadãos comuns (pelo menos aqueles que pertencem à parcela do mundo que está interligada por uma rede de infraestruturas de comunicação) estarão conscientes de tudo o que se passa no mundo, e terão uma maior capacidade para trabalhar com outros cidadãos que partilhem com eles as mesmas preocupações. Esta disponibilidade catalisa a própria difusão da democracia no mundo e, no sentido mais básico do termo, estamos envolvidos nas decisões que nos afetam.<sup>19</sup>

Desta forma, um novo cidadão está a emergir nesse contexto, buscando um real sentido cosmopolita, universalista. Ele não tem apenas relação com a sua nação ou com o seu país, mas também com outras regiões e com o mundo, possuindo relevância existencial em ambos os locais. “A cidadania cosmopolita convive com todas as especificidades das cidadanias locais”. Há uma valorização da ação cidadã “glocal”, pois é “na experiência do cotidiano, real e virtual, que tudo ganha sentido e que o próprio sentido da nova sociedade se reifica”.<sup>20</sup>

Segundo Lévy, estamos passando de um sistema mediático dominado pela televisão para uma rede de comunicação que permite a omnivisão, isto é, que possibilita “dirigir nosso olhar para onde quisermos no espaço, na escala de grandeza, nas disciplinas, no tempo e nos mundos virtuais fictícios”. E essa omnivisão (ou a transparência numérica) é a base da ciberdemocracia, que objetiva um aprofundamento e uma generalização dos espaços abertos de comunicação e cooperação, pois assim como o ciberespaço, a democracia busca a “aspiração à liberdade e à potência criativa da inteligência criativa”.<sup>21</sup>

O ciberespaço pode ser considerado como uma “cidade virtual planetária”, em que há muito mais diversidade do que nas cidades físicas. As imagens, as músicas e os textos se “entrecruzam em línguas cada vez mais numerosas e em direções da mente sempre mais divergentes”. Representa uma atualização da linguagem e da cultura, uma mescla de praça pública e de mercados. “Tudo o que fazemos transmite uma mensagem. Tudo o que dizemos

---

<sup>17</sup> PERUZZO, 2005, p.268.

<sup>18</sup> LOPES; FREIRE, 2010, p.2.

<sup>19</sup> SMITH, 2002, p.46-47.

<sup>20</sup> PATROCÍNIO, 2008, p.53.

<sup>21</sup> LÉVY, 2002, p.31-39.

constrói a atmosfera de sentidos da cidade virtual”. Tanto é assim que as guerras do futuro, nas palavras de Lévy, não serão para garantir territórios e sim “zonas de espaço semântico”, ou seja, direitos de autor, marcas registradas, logotipos, nomes de domínios, palavras-chave de motores de busca, hiperligações entre sítios, piratagem informacional, etc.<sup>22</sup>

Hoje em dia, a internet se tornou um “extraordinário vetor de libertação da palavra”, pois são os próprios agentes, pessoas, empresas, instituições, partidos, associações, agrupamentos e comunidades que decidem o que querem publicar na rede. Eles se tornaram *automedias*, já que não precisam mais da mídia tradicional para intermediar suas publicações. Cada qual se tornou o seu próprio profissional das relações públicas e seu próprio jornalista. “Toda gente faz comunicação”. E o resultado disso é o “desabrochar” da diversidade e da liberdade, pois as pessoas possuem muita coisa para expressar e fatos para compartilhar; há diversas “injustiças a denunciar, opiniões a dar, perguntas a fazer, poesias a cantar, testemunhos a partilhar, fotos a mostrar, músicas a dar a ouvir”.<sup>23</sup>

E essas demonstrações de interesses e expressões de vontade tem encontrado espaço a partir do desenvolvimento das comunidades virtuais, que representam outro fundamento do ciberespaço e da ciberdemocracia, porque permitem a formação de uma nova forma de socializar. Há grupos de discussões, lista de difusão, *newsgroups*, *chat rooms*, mundos virtuais multiparticipativos, jogos de vídeo coletivos em linha; enfim, uma extensa gama de comunidades que possibilitam uma interação entre o público conectado, especialmente as gerações mais jovens.<sup>24</sup>

E é nesse espaço de comunicação aberta que emerge o *Netizen*, que é uma designação muito popularizada entre os anglo-saxônicos para cibercidadão. O termo foi usado pela primeira vez em 1992, por Hauben, então investigador na Columbia University, em Nova York.<sup>25</sup> De acordo com esse autor, a palavra cidadão sugere “uma definição geográfica ou nacional de pertença social”. Já cibercidadão reflete “a nova pertença social baseada numa perspectiva não geográfica”. Os cibercidadãos são pessoas que “decidem devotar tempo e esforço para fazer com que a *net* seja um lugar melhor”. Não se enquadram aqui aqueles que se escondem ou desenvolvem páginas de vaidade.<sup>26</sup> Já para Poster, *Netizen* é o sujeito político constituído no ciberespaço, uma vez que ninguém vive na *net* o tempo inteiro. É uma “figura formadora de um tipo novo de relação política que partilha a fidelidade à ação com a

---

<sup>22</sup> LÉVY, 2002, p. 196-199.

<sup>23</sup> LÉVY, 2002, p.57.

<sup>24</sup> LÉVY, 2002, p.67.

<sup>25</sup> PATROCÍNIO, 2008, p.53.

<sup>26</sup> HAUBEN, 1996.

fidelidade à *net* e aos espaços políticos planetários por ela inaugurados”.<sup>27</sup>

Entretanto, apesar dos contornos que a cidadania assumiu no mundo digital, a sua construção de forma universal abarca uma série de problemas, especialmente em razão da falta de acesso à internet que boa parte da população brasileira não possui. Os problemas econômicos e sociais representam um obstáculo para o desenvolvimento de uma participação cidadã nas redes de informação e comunicação.

## 2 LIMITAÇÕES AO ACESSO À INTERNET NO BRASIL

O acesso à rede é considerado um direito humano básico, conforme indicado pela Organizações das Nações Unidas (ONU) em maio de 2011, no Relatório sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão.<sup>28</sup> Esse relatório vai ao encontro do artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que garante que todo cidadão possui direito à liberdade de expressão e acesso à informação por qualquer tipo de veículo.<sup>29</sup> No Brasil, o Marco Civil da Internet, que entrou em vigor em 23 de junho de 2014, também vê o acesso ao ambiente virtual como um direito fundamental e como uma ferramenta capaz de garantir a cidadania e efetivar os direitos humanos. Dentre seus objetivos está possibilitar o acesso de todos e diminuir as desigualdades no uso das tecnologias, fomentando uma educação tecnológica e promovendo, assim, um cidadão informado e consciente.<sup>30</sup>

Entretanto, essas novas tecnologias não são, ainda, garantidas a todos os indivíduos. De acordo com as pesquisas realizadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) apenas 51% da população brasileira com 10 anos ou mais é usuária da internet.<sup>31</sup> A televisão ainda é o equipamento mais presente nos domicílios brasileiros, atingindo a marca dos 98%, seguida do telefone celular, com 88% e do rádio (79%). Os computadores de mesa, portáteis e *tablets* representam apenas 46%.<sup>32</sup>

A desigualdade regional é um dos principais fatores que influencia na dificuldade do acesso universal, pois enquanto as regiões sul e sudeste mantêm uma média de 51% de domicílios com acesso à internet, nas regiões norte e nordeste os índices ficam em 26% e 30%, e na região centro-oeste com 44%. Outro fator relevante diz respeito às áreas urbanas e rurais. Em 2013, 45% dos domicílios urbanos possuía acesso à internet, sendo que na área rural o

<sup>27</sup> POSTER, 2001, p.30.

<sup>28</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011.

<sup>29</sup> PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS, 1966.

<sup>30</sup> MARCO CIVIL DA INTERNET, 2014.

<sup>31</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2014.

<sup>32</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2013.

índice ficou em 15%. A justificativa para a não obtenção do computador se deu, especialmente, pelo custo elevado (58%).<sup>33</sup>

A diferença econômica também é um ponto chave, pois enquanto na classe A, 98% possui internet em casa, somente 8% das classes D e E tem esse acesso. A classe B mantém o índice em 80% e a classe C em 39%. No âmbito internacional, o Brasil também não apresenta os melhores índices, pois de acordo com os dados levantados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) a proporção de domicílios com computador é inferior a verificada no Cone Sul: No Uruguai, 69% da população têm computador em casa, enquanto que na Argentina 59% e no Chile 57%.<sup>34</sup> É importante destacar que o Uruguai tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos em razão do sucesso do *Plan Ceibal*, que é uma política de inclusão digital que distribui *laptops* para todas as crianças matriculadas em escolas públicas, o que, principalmente para as classes sociais mais baixas, acaba por levar o primeiro computador para dentro de muitos domicílios.<sup>35</sup>

Assim, a partir dos dados apresentados é possível perceber que há grupos de pessoas que se encontram à margem, excluídos, que não tem capacidade econômica ou intelectual para se tornar um cidadão *online*. Para Cecília Peruzzo “o acesso é desigual e beneficia as classes ricas e médias na proporção da desigualdade econômica existente dentro dos países e entre países”, o que acaba gerando novas categorias sociais, como as dos conectados e não conectados, dos incluídos e dos excluídos do acesso às redes digitais.<sup>36</sup>

Há dois importantes fatores que dificultam o acesso de muitos ao espaço cibernético: o alto custo da tecnologia e o elevado índice de analfabetismo.<sup>37</sup> Para Anthony Willhem, existem vários níveis de acesso e utilização dos meios e dentre eles estão os “ímmunes ao progresso”, aqueles que “nunca usaram o computador, não dispõem de educação necessária para fazê-lo e encontram-se excluídos”.<sup>38</sup> Da mesma forma Klaus Frey destaca ao afirmar que um dos problemas mais críticos com relação aos serviços *online* tem a ver com a exclusão digital e o fato da maioria das pessoas, especialmente em países em desenvolvimento, estar excluída do uso das TIC.<sup>39</sup>

Takarashi argumenta que o maior acesso à informação poderá conduzir a sociedades e relações sociais mais democráticas. Porém, pode gerar também uma “nova lógica de exclu-

<sup>33</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2014.

<sup>34</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2014.

<sup>35</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2013.

<sup>36</sup> PERUZZO, 2005, p.269-270.

<sup>37</sup> MAIA, 2008, p.283-285.

<sup>38</sup> WILLHEM, 2000.

<sup>39</sup> FREY, 2002, p.146.

ção” que vai acentuar as desigualdades que já existem.<sup>40</sup> Para Cicília Peruzzo a democratização do acesso e manuseio da internet no Brasil tem como dificultador as condições de pobreza da população, pois além de precisar de uma infraestrutura básica, com computador e linha telefônica, precisa ter domínio sobre a utilização dos recursos disponíveis na internet.<sup>41</sup>

De acordo com Van Dijk e Hacker, existem quatro fatores que podem desencadear a exclusão digital: acesso psicológico, acesso material, acesso de habilidades e acesso de uso. O primeiro diz respeito a pessoa que não possui experiência digital por falta de interesse, medo de computadores ou por não se sentir atraída pela tecnologia. O segundo está ligado a impossibilidade financeira de obter um computador e estar conectado. O terceiro abrange a pessoa que não possui habilidades digitais em razão da falta de educação adequada e apoio social. E a quarta trata da pessoa que não tem oportunidades significativas no uso da tecnologia.<sup>42</sup>

Dessa forma, para que seja possível fomentar o uso das tecnologias em favor da cidadania e de uma democracia digital, é preciso, primeiramente, um incentivo por parte do Estado que garanta o acesso de todos à rede, e um programa capaz de efetivar uma educação tecnológica da população. As pessoas precisam saber como e onde acessar para obter informações acerca do seu Município, do seu Estado, dos projetos que estão tramitando no Congresso Nacional, de uma maneira geral, dos seus direitos civis, políticos e sociais.

Para José Augusto Brito, as ações do governo e das parcerias público-privadas são fundamentais para a disponibilização do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação e garantia de uma ampla cobertura de infraestrutura necessária. Os espaços públicos e comunitários são estratégicos para essa iniciativa, incluindo escolas, bibliotecas, igrejas, postos do correio e convênios com instituições privadas, como as agências bancárias e escolas particulares. Todas as pessoas, independente da faixa etária precisam ser contempladas, pois “estar *online* deixou de ser um privilégio na sociedade contemporânea para se tornar um direito, à semelhança das áreas da saúde e da educação”.<sup>43</sup>

A abrangência irrestrita e não excludente das Tecnologias de informação e comunicação possibilitará uma maior aproximação do ideal democrático de acesso às informações e conhecimentos universais, com transparência, solidariedade, direitos humanos e participação dos cidadãos. Porém, se essa abrangência não obtiver crescimento, as TICs podem se tornar “novos instrumentos para hegemonias antidemocráticas e elitizadas”, aumentando, assim, as

---

<sup>40</sup> TAKARASHI, 2000, p.7.

<sup>41</sup> PERUZZO, 2005, p.270.

<sup>42</sup> VAN DIJK; HACKER *apud* BELLINI; GIEBELEN; CASALI, 2010.

<sup>43</sup> BRITO, 2011, p.111.

desigualdades econômicas e sociais, em detrimento dos já excluídos pelos poderes locais, regionais, federais e multinacionais.<sup>44</sup>

Assim, a internet tem que realmente se tornar de “todos para todos”. É preciso garantir um acesso universal, sem distinção entre países e continentes, em que a liberdade de comunicar-se, de partilhar ideias, informações, pensamentos e conhecimentos é um direito de todos os cidadãos. E não se trata somente de acesso, mas de “capacitar os indivíduos para tornarem-se emissores ativos de conteúdos que circulam na rede”.<sup>45</sup> A democratização do acesso digital deve significar a “ampliação da participação dos variados setores da população e não apenas de uma forma nova de aproximação a velhos modos de discriminação e dominação”.<sup>46</sup> A educação, o desenvolvimento humano e o combate à pobreza são pré-requisitos para o acesso igualitário e o desenvolvimento da cidadania digital.<sup>47</sup>

Uma forma de possibilitar esse acesso seria por meio da implementação de equipamentos na rede escolar e pontos públicos.<sup>48</sup> A tendência mundial, de acordo com Cicília Peruzzo, é a criação de cabines ou telecentros de acesso público e/ou disponibilização dos suportes tecnológicos para uso da internet em escolas da rede pública de ensino, nas bibliotecas públicas, nos centros turísticos, nos postos de saúde, museus, centros culturais, etc. A responsabilidade governamental e de entidades civis sem fins lucrativos, na maioria das vezes, recebe parceria das empresas de telefonia e informática.<sup>49</sup> Um exemplo no Brasil é o Comitê para Democratização da Informática (CDI), que é uma ONG sem fins lucrativos, criada em 1995, que promove programas educacionais e profissionalizantes com o intuito de “reintegrar os membros de comunidades pobres, principalmente crianças e jovens, diminuindo os níveis de exclusão social a que são submetidos no Brasil e em todo o mundo”.<sup>50</sup>

Para Lévy, as principais medidas de combate ao fosso digital causado pela falta de acesso de parte da população são:

- a) implantação de centros de acesso à rede nos serviços públicos;
- b) empréstimos com juros baixos para o equipamento público nas regiões rurais e nos bairros pobres;
- c) descida dos preços do material (supressão de impostos, subvenções)
- e) empréstimos com juros baixos para as famílias com baixo rendimento;
- d) campanhas públicas no sentido de recuperar os computadores de segunda mão e os distribuir

---

<sup>44</sup> BRITO, 2011, p.119-120.

<sup>45</sup> PERUZZO, 2005, p.271-272.

<sup>46</sup> FANTIM; GIRARDELLO, 2009, p.72.

<sup>47</sup> LÉVY, 2002, p.132.

<sup>48</sup> MAIA, 2008.

<sup>49</sup> PERUZZO, 2005, p.274.

<sup>50</sup> COMITÊ DE DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA, 2014.

aos estudantes pobres e às famílias; e) organização de sessões gratuitas de formação à navegação para os mais desfavorecidos; f) multiplicação dos pontos de acesso à internet nas escolas; g) oferta de endereços de internet gratuitos a todas as crianças das escolas; h) encorajamento da concorrência na área das telecomunicações, a fim de estimular as baixas tarifas.<sup>51</sup>

André Alves e José Moreira também acreditam que a redução dos preços dos equipamentos e dos serviços é um meio capaz de alargar o desenvolvimento da cidadania digital. Entretanto, não é suficiente, pois é necessário também um programa que garanta o letramento digital, uma vez que o cidadão precisa ser informado e consciente.<sup>52</sup> Le Coadic afirma que o montante de informação na internet leva a que se proponham questões sobre as “habilidades necessárias para aprender a se informar e aprender a informar, sobre onde adquirir a informação e chama a atenção de que essa aprendizagem é totalmente inexistente no sistema de ensino”.<sup>53</sup>

A alfabetização digital talvez seja, hoje, “tão básica quanto o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e fazer cálculos, de modo a proporcionar ao indivíduo um exercício mais pleno de sua cidadania”<sup>54</sup>, pois estar inserido digitalmente passou a ser uma “condição de cidadania e um direito das pessoas para sua existência plena no mundo da informação e da comunicação”.<sup>55</sup>

Entretanto, ao trabalhar com o analfabetismo é preciso levar em conta não só o digital, mas também o funcional, pois o cidadão precisa primeiro passar por um letramento tradicional para então poder garantir a alfabetização digital. Sem a escrita e a leitura, torna-se inviável a garantia de um acesso adequado às redes. Monica Fantim e Gilka Girardello acreditam que o ambiente escolar precisa ser moldado para trabalhar com esse duplo analfabetismo. É preciso uma “política de formação dos professores voltada ao enriquecimento cultural e artístico para que o uso dos equipamentos possa ganhar sentido social”.<sup>56</sup>

Para Rivoltella, educar para a cidadania engloba uma série de ações importantes e fundamentais. Dentre elas é possível citar a educação inclusiva e baseada no reconhecimento dos direitos universais; aspectos formais e jurídicos da cidadania aos direitos sociais e culturais; educação que vise à solidariedade, que implique o desenvolvimento de identidades múltiplas e

---

<sup>51</sup> LÉVY, 2002, p.131-132.

<sup>52</sup> ALVES; MOREIRA, 2004, p.46.

<sup>53</sup> LE COADIC, 2004, p.112.

<sup>54</sup> BELLINI; GIEBELEN; CASALI, 2010, p.25.

<sup>55</sup> FANTIM; GIRARDELLO, 2009, p.81.

<sup>56</sup> FANTIM; GIRARDELLO, 2009, p.78.

conexas, mas que garantam um sentimento de pertença ao contexto local, nacional e global. Uma educação que possibilite conhecer o mundo e a realidade cultural, social e econômica em que vivemos, as leis, as instituições e seu funcionamento; que permita desempenhar um papel de cidadão, com cooperação e construção de projetos comuns; que desenvolva responsabilidades e que permita fomentar debates públicos e estar aberto às diferenças.<sup>57</sup>

Contudo, atualmente, não é esse tipo de educação que está sendo impulsionada nas redes, já que os maiores percentuais de acesso estão relacionados com as áreas de lazer e entretenimento. De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil, o uso das redes sociais em 2013 passou a ser de 77% dos usuários, sendo que as principais atividades estão relacionadas ao envio de mensagens instantâneas (74%) e ao envio e recebimento de e-mails (72%).<sup>58</sup> Não há um grande interesse em “editar e transmitir textos, disponibilizar estação de rádio, programas de televisão, criação de grupos de discussão, etc.”<sup>59</sup>

A alfabetização digital deve levar em conta que para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de “reconhecer quando a informação é necessária e ter habilidade para avaliar e usar efetivamente a informação”. É preciso “aprender a aprender”, conseguir encontrar informações necessárias para qualquer tarefa ou qualquer decisão que está ao alcance desejado.<sup>60</sup>

E dentre essas informações que possuem relevância social e podem fomentar a participação dos cidadãos na fiscalização dos serviços prestados pela Administração pública está o Governo Eletrônico. A partir do portal da transparência e dos sites vinculados aos órgãos públicos, o sujeito pode tomar conhecimento de toda a gestão local, estadual ou nacional, e ainda entrar em contato direto com os seus representantes, incitando, inclusive, discussões sobre questões econômicas, culturais e sociais importantes.

### **3 ASPECTOS RELEVANTES DO GOVERNO ELETRÔNICO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Nos últimos anos a expressão “Sociedade da informação” tem sido muito utilizada. Entretanto, sua origem remonta aos anos sessenta, quando se percebeu que a sociedade caminhava em direção a um novo modelo de organização, no qual o controle e a otimização dos processos industriais eram substituídos pelo processamento e manejo das informações como

---

<sup>57</sup> RIVOLTELLA *apud* BELLINI; GIEBELEN; CASALI, 2010, p.25-35.

<sup>58</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2014.

<sup>59</sup> PERUZZO, 2005, p.273.

<sup>60</sup> AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *apud* RODRIGUES; MACULAN, 2013, p.43-50.

chave econômica.<sup>61</sup> Para Manuel Castells, essa terminologia não seria adequada, pois a informação sempre foi um elemento central em todas as sociedades historicamente conhecidas. A novidade é a forma como essa informação é repassada, utilizando como base a microeletrônica. Por isso, o mais adequado seria afirmar que se trata de uma sociedade em rede, que é “uma estrutura fundamentada em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informações”.<sup>62</sup>

Em razão dessa mudança social trazida pelo manejo da informação na rede, o Estado e a Administração pública precisaram reconsiderar suas funções e se adequar às novas realidades. O rápido crescimento dos fluxos financeiros, comerciais, migratórios e culturais inerentes ao processo de globalização e a necessidade de um uso eficiente dos recursos orçamentários colocaram na ordem do dia questões relativas a nova concepção das estruturas de governação.<sup>63</sup>

Para Lévy, a governação das sociedades passa “por um ciberespaço no sentido lato, ou seja, pelo universo da linguagem humana tal qual é estruturada por uma certa ecologia da comunicação num dado momento”. Isso ocorre porque as capacidades da linguagem humana e as técnicas de comunicação se transformam e crescem gradativamente, desempenhando um importante papel na evolução da governação política. A comunicação passou de uma rede telefônica mundial e da televisão por satélite para uma rede mundial de computadores, incitando, com isso, o nascimento de um novo espaço público, que “redefine radicalmente as condições de governação e vai, provavelmente, gerar novas formas políticas ainda dificilmente previsíveis”.<sup>64</sup>

E é nesse novo espaço público que o governo eletrônico ganha espaço, pois passa-se a exigir das estruturas tradicionais uma nova forma de relacionamento.<sup>65</sup> O seu conceito vai além da incorporação das tecnologias de informação e comunicação, pois inclui também uma prestação de serviços menos burocratizada e mais centrada nos cidadãos. É necessário garantir transparência, solicitude, rigor e informações adequadas e corretas. O trabalho precisa ser desenvolvido com coerência e coordenação, evitando contradições e sobreposições.<sup>66</sup>

É importante ressaltar que existem três níveis de relacionamento governo-cidadão: informação, consulta e participação ativa. No primeiro nível a relação é essencialmente unidirecional, pois os governos disponibilizam as informações sobre suas políticas e regulamenta-

---

<sup>61</sup> GASPARETTO, 2002, p.16.

<sup>62</sup> CASTELLS, 2002, p.17.

<sup>63</sup> ALVES; MOREIRA, 2004, p.5-8.

<sup>64</sup> LÉVY, 2002, p.29.

<sup>65</sup> PIMENTA; FÁRIA; CARBONEL; LOPES, 2012, p.181.

<sup>66</sup> ALVES; MOREIRA, 2004, p.8-17.

ções junto aos cidadãos. No segundo nível (intermediário), os governos além de fornecerem as informações, procuram tomar conhecimento das diferentes visões dos cidadãos sobre determinado assunto. Como exemplo é possível citar as iniciativas legislativas, grupos de discussão ou inquéritos de opinião. Trata-se de uma relação bilateral limitada. E no terceiro nível há um envolvimento ativo dos cidadãos na definição de políticas públicas e na tomada de decisões, por exemplo, por meio de parcerias com entidades da sociedade civil, colaboração com grupos de trabalho independentes ou processos de diálogo público.<sup>67</sup>

As comunicações mediadas por computador permitem que esses três níveis de relacionamento entre governo e cidadão sejam explorados de forma abundante na rede, pois é possível incluir todas as informações pertinentes à Administração Pública e também incitar debates e consultas populares por meio de *sites* ou canais próprios de discussão. A possibilidade de formação de um sistema misto de governo tradicional e governo eletrônico é o que pode propiciar as bases e condições adequadas para o desenvolvimento da cidadania, da política e da democracia virtuais. “A democratização eletrônica é agente importante para tornar as informações governamentais e políticas mais transparentes e abundantes para os cidadãos”.<sup>68</sup> Os governos estão passando de uma relação de “autoridade sobre subalternos” para outra a serviço dos cidadãos, possibilitando, com isso, uma melhor capacidade de ação das pessoas sobre o mundo que os envolve e uma maior confiança no processo democrático.<sup>69</sup>

Esses comportamentos vão ao encontro dos quatro princípios fundamentais do governo eletrônico, que são:

- Construir os serviços à volta das escolhas dos cidadãos (e não à volta das feitas dentro das portas fechadas das baronias da administração);
- Tornar o Estado e os seus serviços mais acessíveis (nomeadamente pela Internet);
- Incluir as populações desfavorecidas pelas formas tradicionais de governação (serviços para as minorias linguísticas, os deficientes, os expatriados, os estrangeiros);
- Melhor utilizar a informação (em particular graças à ligação de sistemas de informação atualmente separados).<sup>70</sup>

A observância desses princípios e o desenvolvimento de uma gestão eficiente do governo eletrônico só vai trazer benefícios para os cidadãos. André Alves e José Moreira enumeram uma série de medidas benéficas, dentre as quais cumpre destacar as seguintes: a sim-

---

<sup>67</sup> ALVES; MOREIRA, 2004, p.57.

<sup>68</sup> BRITO, 2011, p.113-114.

<sup>69</sup> LÉVY, 2002, p.103-113.

<sup>70</sup> LÉVY, 2002, p.103.

plificação de muitos serviços, especialmente daqueles em que o tratamento de documentos e o processamento de informação assume grande relevância; maior rapidez e facilidade na obtenção da informação e no esclarecimento de dúvidas por parte dos cidadãos e das empresas; elevação dos padrões de eficiência e redução de custos; aumento da capacidade de resposta da Administração Pública às iniciativas da sociedade; diminuição dos entraves burocráticos; e uma maior colaboração entre os vários níveis do Estado e os diferentes serviços da Administração Pública.<sup>71</sup>

Contudo, apesar dos índices serem elevados, ainda há órgãos federais, estaduais e municipais que não disponibilizam por meio da internet serviços aos cidadãos. De acordo com pesquisas realizadas pelo Centro Regional de Estudos para o desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), dos 1586 órgãos públicos federais e estaduais que declararam utilizar computador nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, 17% no âmbito estadual e 4% no âmbito federal não possuem departamento de tecnologia da informação. Além disso, 7% no âmbito estadual e 1% no âmbito federal não possuem página oficial na internet.<sup>72</sup>

Desta forma, é possível perceber que a falta de universalidade de acesso não ocorre somente por parte dos cidadãos, mas também pelos órgãos da Administração Pública. Tendo em vista a proporção que o avanço da tecnologia atingiu e a necessidade de instalação de mecanismos capazes de garantir a participação social por meio das redes, é preciso que ocorra uma adequação dos entes públicos quanto a prestação de informações e formas de participação *online*.

#### **4 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA INTERNET: PRINCIPAIS CANAIS DE DISCUSSÃO E INFORMAÇÃO**

O governo eletrônico inclui a discussão e deliberação de políticas públicas, o voto eletrônico e a participação *online* dos cidadãos. Quanto à discussão e deliberação de políticas públicas é possível fazer referência aos orçamentos participativos, como ferramenta de inclusão e participação.<sup>73</sup> Em relação ao voto eletrônico, estima-se um aumento na participação eleitoral dos indiferentes e das pessoas com deficiência, que terão uma facilitação no acesso, especialmente quando estiverem afastadas da sua zona eleitoral.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> ALVES; MOREIRA, 2004, p.10.

<sup>72</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2014.

<sup>73</sup> OLIVEIRA; RODEGHERI, 2012, p.121-133.

<sup>74</sup> LÉVY, 2002, p.128-129.

Já a participação *online* dos cidadãos é a forma que atualmente encontra maior espaço na rede, especialmente pelo grande número de sites disponibilizados pelos entes da Administração Pública. É possível enumerar como principais ou mais conhecidos o portal e-Democracia da Câmara de Deputados, o Gov.BR, o Portal da Transparência, o Gabinete Digital e o Vote na Web. Todos eles são locais propícios para conhecer as ações governamentais e discutir as principais pautas políticas.

O portal e-Democracia é um espaço de interação, que foi criado para estimular os cidadãos e as organizações civis a “contribuírem na formulação de leis federais, assim como para auxiliar os deputados no trabalho de fiscalização e controle”.<sup>75</sup> O canal disponibiliza um contato direto com a Câmara de Deputados e permite a criação de discussões, o envio de propostas de textos legais, a manifestação da opinião em enquetes, a apresentação de ideias livres, a inserção de textos, a moderação de discussões, a participação em bate-papos e a compreensão do processo legislativo.<sup>76</sup>

O canal do Gov.BR possui dois espaços importantes, um em que o cidadão pode falar com o governo ou com a presidente e outro que disponibiliza o acesso as informações que dizem respeito aos atos de gestão da Administração Pública.<sup>77</sup> Já o Portal da Transparência apresenta uma infinidade de ferramentas para consulta e inclusive um canal para denúncia. Destaca-se o Brasil transparente; olho vivo no dinheiro público, páginas de transparência pública, Portal de acesso à informação e Rede de transparência.<sup>78</sup>

O Gabinete Digital é um canal de participação e diálogo entre o governo e a sociedade. Foi criado em 2011 e é vinculado à Secretaria Geral de Governo. Possui como objetivo principal incorporar novas ferramentas de participação, oferecendo diferentes oportunidades para o cidadão influenciar na gestão pública e exercer maior controle social sobre o Estado.<sup>79</sup>

O Vote na web é um site apartidário que busca informar a sociedade sobre os projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional. Possui a finalidade de aumentar a politização da sociedade, criando um ambiente favorável ao diálogo entre os parlamentares e os cidadãos, gerando, com isso, um fortalecimento da democracia brasileira.<sup>80</sup>

Ressalta-se, ainda, a importância das iniciativas legislativas para o exercício da cidadania. Atualmente, merece destaque o Projeto de Lei nº 4.805/2009, o Projeto de

---

<sup>75</sup> PIMENTA; FARIA; CARBONEL; LOPES, 2012, p.191.

<sup>76</sup> Informações retiradas do site e-Democracia, disponível em <edemocracia.camara.gov.br>. Acesso em abr.2015.

<sup>77</sup> Informações retiradas do canal Gov.BR, disponível em <www.brasil.gov.br>. Acesso em abr. 2015.

<sup>78</sup> Informações retiradas do site Portal da Transparência, disponível em <www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em abr. 2015.

<sup>79</sup> Informações retiradas do site Gabinete Digital, disponível em <gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em abr.2015.

<sup>80</sup> Informações retiradas do site Vote na Web, disponível em <www.votenaweb.com.br>. Acesso em abr.2015.

Resolução nº 68/2011 e o texto do Mandato aberto. O primeiro, conhecido como cidadão digital, busca a subscrição de projetos de lei de iniciativa popular por meio de assinaturas eletrônicas. O segundo, que é denominado Pauta Digital, busca instituir um rito especial de tramitação para proposições de iniciativa da sociedade civil, com especial apoio popular. A população deve ter a possibilidade de informar ao Parlamento o que é fundamental. O projeto que receber apoio de 10% dos parlamentares e pelo menos 0,5% do eleitorado nacional em 5 Estados, por meio de manifestação no Portal da Câmara adquire prioridade legislativa, com prazo de tramitação. E o texto do mandato aberto estabelece princípios a serem seguidos pelos deputados que desejarem realizar seus mandatos sob uma nova perspectiva, de mais transparência, responsabilidade e participação no exercício do trabalho parlamentar.<sup>81</sup>

Entretanto, apesar da quantidade de *sites* disponibilizados para o acesso e das iniciativas legislativas, a população não acompanha de forma contínua as discussões, nem conhece a gestão apresentada pela Administração Pública na rede. De acordo com a pesquisa TIC domicílios do Comitê Gestor da Internet no Brasil, dentre os usuários da internet (51% da população brasileira), 68% utilizaram os serviços de governo eletrônico nos 12 meses anteriores a pesquisa. E a maior utilização se deu pelos usuários da faixa etária de 35 a 44 anos (74%) e entre pessoas da classe A (87%).<sup>82</sup>

Assim, é possível perceber que além do acesso à internet ser limitado a uma parcela da população, boa parte dessa parcela não possui uma educação digital apropriada, já que não garante nenhuma participação social na rede. Não há fomento ao exercício da cidadania e a garantia dos direitos humanos por parte dos cidadãos. Há uma passividade da sociedade em relação as discussões e projetos que estão na rede. Não há uma preocupação em garantir uma política mais adequada. E isso também é responsabilidade de todos os cidadãos. A opinião pública é unificada pelos seus objetos de atenção, quais sejam, “os mesmos atentados terroristas, as mesmas guerras, as mesmas sublevações, a mesma fome, as mesmas desigualdades escandalosas, as mesmas catástrofes naturais ou ecológicas, as mesmas manifestações desportivas, como os jogos olímpicos ou o mundial do futebol”.<sup>83</sup> Então, cabe a sociedade garantir uma parceria com a Administração pública para que por meio do governo eletrônico seja possível efetivar uma atividade cidadã mais transparente e condizente com os problemas sociais que o país possui.

---

<sup>81</sup> PIMENTA; FARIA; CARBONEL; LOPES, 2012, p.188-190.

<sup>82</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2014.

<sup>83</sup> LÉVY, 2002, p.136.

## CONCLUSÃO

A partir da pesquisa desenvolvida é possível concluir que a democracia digital ainda não tem condições de ser efetivada de maneira sólida em nosso país. Apesar de a internet ter se tornado um espaço público de debates, em que todas as pessoas se expressam livremente, disponibilizam e compartilham informações, há dois grandes problemas que rodeiam esse ambiente: a falta de acesso para todos e o uso limitado do ambiente virtual.

A falta de recursos econômicos e o baixo índice de escolaridade de boa parcela da sociedade brasileira são os principais fatores que impossibilitam um acesso universal. E mesmo o acesso à rede sendo um direito humano e havendo legislação cobrando do Poder Público a sua garantia, a desigualdade do uso das tecnologias ainda é muito grande. Há grupos de pessoas que se encontram totalmente à margem dessa realidade social, pois não possuem um computador para poder acessar à internet, nem tem conhecimento de como fazê-lo em um local disponibilizado pelo Estado, como em bibliotecas públicas.

E o outro grande problema enfrentado não se limita apenas as camadas mais pobres da sociedade. Acessar as redes sociais, sites de entretenimentos e lazer, e correio eletrônico são as principais ações de grande parte dos usuários, incluídos, os das altas classes sociais. Não há interesse em utilizar o meio *online* para conhecer as ações ou orçamentos do governo, para fomentar debates políticos, para propor mudanças em nossa sociedade. Há uma apatia dos cidadãos frente a cidadania pela qual deveriam lutar.

Mas apesar desses aspectos negativos apresentados, a internet disponibiliza vários recursos para fomentar o exercício dos direitos políticos, especialmente em sites vinculados aos órgãos do governo. Uma iniciativa que teve participação social e foi bastante positiva para o país foi o Marco Civil da Internet, que na fase inicial, por meio da plataforma Web 2.0 (site cultura digital), os cidadãos puderam debater acerca dos dispositivos legais que constavam no anteprojeto, bem como suscitar alterações pertinentes.

Assim, é preciso que o Poder Público, em parceria com toda a sociedade, promova ações efetivas de inclusão digital e educação tecnológica; e disponibilize iniciativas de participação social, incitando sempre os debates *online*, especialmente dos jovens, que são a maioria dos usuários constantemente conectados à rede. A democracia digital é uma forma de cada cidadão dar voz aos seus direitos, de exercer sua cidadania, de atuar junto de cada um dos representantes eleitos, de fiscalizá-los, é fazer algo por uma sociedade melhor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, André Azevedo; MOREIRA, José Manuel. **Cidadania digital e democratização eletrônica**. Coleção: Inovação e Governança nas autarquias. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004. Disponível em <[scholar.google.com.br](http://scholar.google.com.br)>. Acesso em dez. 2014.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BELLINI, Carlos Gabriel Porto; GIEBELEN, Edwin; CASALI, Richélita do Rosário Brito. **Limitações Digitais**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.20. n.2. p.25-35, mai./ago., 2010. Disponível em <[scholar.google.com.br](http://scholar.google.com.br)>. Acesso em dez.2014.

BRASIL, **Marco Civil da Internet** – Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm)>. Acesso em dez.2014.

BRITO, José Augusto Pereira. **Cibercidadania**: a virtualização na comunicação pública contemporânea. Revista Organicom. v.3. n.4. 2011. Disponível em <[scholar.google.com.br](http://scholar.google.com.br)>. Acesso em dez.2014.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 1.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

COMITÊ DE DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA, Rio de Janeiro. Disponível em <[www.cdi.org.br](http://www.cdi.org.br)>. Acesso em jul. 2014.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e empresas 2013. Coordenação executiva e editorial de Alexandre Barbosa. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em <[www.cgi.br](http://www.cgi.br)>. Acesso em fev. 2015.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e Empresas 2012. Coordenação executiva e editorial: Alexandre F. Barbosa. Tradução: DB Comunicação (org.). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em <[www.cgi.br](http://www.cgi.br)>. Acesso em dez.2014.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro:** TIC Governo Eletrônico. Coordenação executiva e editorial de Alexandre F. Barbosa. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em < <http://cetic.br/pesquisa/governo-eletronico/>>. Acesso em mar.2015.

FANTIM, Monica; GIRARDELLO, Gilka. **Diante do abismo digital:** mídia-educação e educações culturais. *Perspectiva*, v.27. n.1, p.69-96, 2009. Disponível em <[scholar.google.com.br](http://scholar.google.com.br)>. Acesso em dez.2014.

FOUSTEL DE COULANGES, Numa Demis. **A cidade antiga.** Tradução de Fernando Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FREY, Klaus. **Governança eletrônica:** experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento. *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica.* Belo Horizonte: UFMG, p.141-163, 2002. Disponível em <[scholar.google.com.br](http://scholar.google.com.br)>. Acesso em dez.2014.

GASPARETTO, Renato (Coordenador do projeto). **A sociedade da informação no Brasil:** presente e perspectivas. 1.ed. Takano Editora Gráfica Ltda., 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAUBEN, Michael e Ronda. *Netizens: On the history and impacto of usenet and the internet.* 1996. Disponível em <<http://www.columbia.edu/~hauben/netbook/>>. Acesso em dez.2014.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos, Liberdade e Cidadania.** In: PISNKY, Jaime; PIN-SKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania.* 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Tradução: Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LOPES, Francisco Cristiano; FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. **Ciberdemocracia: os novos rumos de uma democracia planetária**. 2010. Disponível em <scholar.google.com.br>. Acesso em dez. 2014.

MADEC, Annick; MURARD, Numa. **Cidadania e políticas sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MAIA, Rousiley. **Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação**. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. Comunicação e democracia: Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

OLIVEIRA, Rafael Santos de; RODEGHERI, Letícia Bodanese. **Ciberdemocracia: análise dos desafios e possibilidades de iniciativa popular via internet no Brasil**. Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 15, nº 1, p.121-133, jan./jul.2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Relatório de promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão**. Publicado em 16 de maio de 2011. Disponível em <[http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HCR.17.27\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HCR.17.27_en.pdf)>. Acesso em dez.2014.

**Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos**, de 16 de dezembro de 1966. Entrou em vigor no Brasil em 06 de julho de 1992. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/DO592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/DO592.htm)>. Acesso em dez.2014.

PATROCÍNIO, Tomás. **Para uma genealogia da cidadania digital**. Educação, Formação & Tecnologias-ISSN 1646-933X, v. 1, n. 1, p. 47-65, 2008. Disponível em <<http://eft.educom.pt>>. Acesso em dez.2014.

PERUZZO, Cicília M. K. **Internet e Democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação**. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. Direitos à comunicação na Sociedade da informação. São Paulo: UESP, 2005.

PIMENTA, Paulo; FARIA, Cristiano Terri Soares; CARBONEL, Fabrício Lazzarini; LOPES, Ricardo Soares. **Limites e desafios à participação popular no processo legislativo brasileiro.** In: OLIVEIRA, Rafael dos Santos de; BUDÓ, Marília de Nardin. *Mídia e Direitos da Sociedade em rede.* Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.

POSTER, Mark. **Cidadãos, media digitais e globalização.** In: *A cultura das Redes.* Lisboa: Relógio d'Água, 2001.

RODRIGUES, Aline Visconti; MACULAN, Anne Marie Delaunay. **Indicadores de inclusão digital.** In: *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e Empresas 2012.* Coordenação executiva e editorial: Alexandre F. Barbosa. Tradução: DB Comunicação (org.). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, p.43-50, 2013. Disponível em <www.cgi.br>. Acesso em dez.2014.

SCHNAPPER, Dominique. **Os limites da expressão empresa cidadã.** In: MORIN, Edgar; ILYA, Prigogine (Org.). *A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo.* Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

SMITH, Gordon. **Governança na ausência de governos.** In: *Cidadania e novos poderes numa sociedade global.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

TAKARASHI, Tadão (Org.) **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília: Ministério da ciência e tecnologia, 2000.

WILLHEM, A. *Democracy in the Digital age.* London: Routledge, 2000.

ZEIFERT, Luiz Paulo. **A exclusão social na Grécia clássica e a postura dos sofistas:** repercussões nos processos emancipatórios contemporâneos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

Site: [edemocracia.camara.gov.br](http://edemocracia.camara.gov.br)

Site: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

Site: [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)

Site: [gabinetedigital.rs.gov.br](http://gabinetedigital.rs.gov.br)

Site: [www.votenaweb.com.br](http://www.votenaweb.com.br)